



Formação Socialista:

Formação Para Vereadores – FORMAVES



COMISSÃO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (FJM-ES)

Alberto Farias Gavini Filho

Jiberlandio Miranda Santana

Fabrício Pancotto

Jiberlandio Miranda Santana

Odmar Péricles do Nascimento

Prof. Samuel Jorge Messias

Rafael Primo Turra

COMISSÃO REDATORA:

Alberto Farias Gavini Filho

Fabrício Pancotto

Prof. Samuel Jorge Messias

PROJETO GRÁFICO :

M.M.B Comunicação & Eventos

Julio Cesar Souto Lopes

REVISÃO DO TEXTO:

M.M.B Comunicação & Eventos

AGRADECIMENTOS:

Alberto Farias Gavini Filho (Presidente Estadual do PSB-ES)

Carlos Siqueira (Presidente Nacional do PSB)

Apresentação

Uma breve história do PSB

Organizações e partidos com aspirações socialistas apareceram no Brasil na primeira metade do século XIX. Na época a economia era baseada no setor primário (agricultura e extrativismo), o desenvolvimento das ideias e das lutas dos socialistas foi marcado pela profunda experiência do escravismo e das relações clientelistas entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Em 1840 o socialismo da província do Rio de Janeiro divulga suas ideias de socialistas franceses, junto com os princípios liberais da Revolução Francesa: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Na Europa os socialistas já contestavam o sistema capitalista. No Brasil visavam à conquista da liberdade, da igualdade, do direito à sobrevivência. Estas lutas foram do movimento abolicionista, movimentos messiânicos e da proclamação da República.

Em 1890 surgem os primeiros partidos operários, inclusive o Partido Operário Paulista. No ano de 1906 foi fundada a primeira central sindical nacional, a Central Operária Brasileira. Em 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, este é o marco da atuação estruturada do socialismo bolchevique no Brasil, propiciando o amadurecimento e o crescimento ideológico do socialismo. Neste mesmo ano foi criada a Esquerda Democrática, surgida do combate a Getúlio Vargas,

unindo latifundiários, empresários, setores da esquerda, liberais e socialistas. Nesta luta várias lideranças tiveram destaque, como João Mangabeira e Hermes Lima.

Em 1945, também foi criada a União Democrática Socialista, em São Paulo, formada por socialistas opositores ao PCB. Em 1946, no mês de abril, nascia o Partido da Esquerda Democrática, no Rio de Janeiro, com programas e estatutos próprios. No ano de 1947, a segunda Convenção do Partido da Esquerda Democrática resolveu pela transformação em Partido Socialista Brasileiro. As estruturas partidárias, discutidas e implantadas em vários estados continham uma novidade: os grupos de base. Já no ano de 1952 o PSB apresenta o nome de João Mangabeira à Presidência da República.

Miguel Arraes, líder destacado na luta socialista, que em 1962 substituiu Pelópidas da Silveira em Recife, foi eleito Governador de Pernambuco, onde teve uma atuação destacada no combate do analfabetismo, contando com o apoio de Paulo Freire.

No período de 1965 a 1985, o então regime militar reprimiu fortemente as ações dos movimentos de esquerda, época em que os socialistas atuaram dentro do MDB e nos partidos de esquerda organizados na clandestinidade, assumindo às vezes o trabalho de base, outras vezes a luta armada. Participaram também em outros espaços, como mobilização popular, igrejas e as oposições sindicais. Em 1986 o PSB ressurge a partir do primeiro encontro nacional do partido, que elegeu Jamil Haddad como Presidente e Roberto Amaral como secretário geral. Miguel Arraes ingressou no PSB em 1990 e foi eleito Presidente do partido.

Em 1996 o PSB emerge das eleições municipais como o partido partido que obteve maior crescimento e vitalidade política. Com a posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência

da República, Roberto Amaral assume o Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo que no final de 2003 foi substituído pelo líder do PSB na Câmara Federal, Deputado Eduardo Campos. Renato Casagrande se elegeu pelo PSB, por duas vezes Governador do Estado do Espírito Santo (2011/2014 e 2018/2022).

O estabelecimento de políticas públicas que tragam para o nosso povo a democracia, liberdade e dignidade são as bandeiras prioritárias do PSB, pois, é a educação, o desenvolvimento sustentável, a geração de trabalho e renda, a preservação do meio ambiente e a igualdade social que fará do Brasil uma nação respeitada interna e externamente.



Sumário

Introdução

O que é socialismo? _____ 07

Módulo I

Os papéis do Vereador como representante do povo. _____ 11

Módulo II

PPA - Estatuto da cidade e Plano Diretor. _____ 17

Módulo III

Autorreforma.

III.1 - Reforma do Estado _____ 33

III.2 - Economia-prosperidade, igualdade e sustentabilidade _____ 46

III.3 - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde _____ 54

III.4 - Políticas Sociais e cidades criativas _____ 59

III.5 - Socialismo Criativo, democracia e o partido que queremos. _____ 75

Introdução

O que é socialismo?

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é um partido político brasileiro, fundado em 1985, que segue a ideologia socialista democrática.

O Socialismo é uma doutrina política e econômica que surgiu entre o fim do Século XVIII e a primeira metade do Século XIX, no contexto da Primeira Revolução Industrial.

Baseada, sobretudo no princípio de igualdade, a corrente socialista emergiu como uma forma de repensar o sistema capitalista que vigorava na época. De uma forma geral, quando falamos em socialismo frequentemente associamos o termo à corrente marxista, mas essa não é a única forma de socialismo existente.

O socialismo utópico

O Socialismo Utópico foi a primeira corrente socialista, desenvolvida ainda durante a Primeira Revolução Industrial. Um dos seus grandes estudiosos foi o filósofo e economista francês Claude-Henri de Rouvroy, mais conhecido por Conde de Saint-Simon.



Para ele, era importante que as classes prósperas entendessem que melhorar as condições de vida dos mais pobres implicaria na melhoria de suas próprias condições de vida. Assim, o objetivo das instituições sociais seria o de melhorar intelectual, moral e fisicamente as condições da classe mais pobre e numerosa. Tudo isso por meio do progresso industrial e científico.

Saint-Simon foi um crítico do “tripé de dominação social”, formado pelo clero, a nobreza e os militares. Diferente de outros pensadores socialistas, não defendia o fim da propriedade privada e nem a revolução como caminho para a reformulação da sociedade. Além disso, Saint-Simon era favorável a uma forte interferência do Estado sobre a economia.

Outro teórico do socialismo utópico foi Charles Fourier. Ele propôs a criação de sociedades comunitárias e independentes, ainda que dentro da sociedade capitalista. Essas comunidades viveriam isoladas da sociedade, dependeriam do capital privado e não buscariam igualdade absoluta. Nelas haveria incentivo à eficiência industrial e, apesar de existir diferença de renda, esses rendimentos não seriam tão destoantes.

A comunidade idealizada por Fourier tornaria todos mais felizes e resultaria em aumento da produção. Ainda assim, Fourier nunca conseguiu colocar sua comunidade ideal em prática.

Assim como Fourier, Robert Owen também idealizou a criação de comunidades independentes dentro de uma sociedade maior. Contudo, suas comunidades visavam à igualdade absoluta, na qual a única hierarquia seria baseada na idade. Nelas, a unidade de troca seria a hora de trabalho.

Diferentemente de Fourier, Owen conseguiu colocar sua comunidade em prática. Nela, os empregados eram pagos com altos salários e trabalhavam menos horas do que em outro lugar. Além disso, os trabalhadores eram sustentados por Owen durante crises econômicas e os sócios recebiam um valor limitado de lucros, aplicando o resto do dinheiro na melhoria da comunidade.

Contudo, as comunidades de Owen só funcionavam sob sua supervisão. Com o tempo, as brigas internas e entre seus sócios levaram essas comunidades ao fim.

Os socialistas utópicos enxergavam a indústria como o caminho para o desenvolvimento econômico e, com isso, para a melhoria de vida da população. Diferentemente dos socialistas científicos, não defendiam o fim do sistema capitalista como um passo necessário para se atingir uma sociedade justa e igualitária.

As formulações destes socialistas eram modelos idealizados de sociedade, por isso o nome de socialismo utópico. Marx criticou esse sistema ao apontar que, apesar dos socialistas utópicos apresentarem ideais de uma sociedade mais justa e igualitária, não mostraram os instrumentos e métodos necessários para que esses objetivos fossem atingidos.

O socialismo científico

O Socialismo Científico foi criado no Século XIX, pautado em uma análise histórica e científica do capitalismo. Por ter como pensadores Friedrich Engels e Karl Marx, o Socialismo Científico é muito conhecido como Marxismo. Segundo Marx e Engels, em todas as épocas históricas a sociedade foi

marcada pela luta de classes, sendo essa relação caracterizada pelo antagonismo entre uma classe opressora e uma oprimida. No sistema capitalista, essas classes são representadas pelos proprietários do capital privado e, portanto, donos dos meios de produção; do outro lado, por uma massa de assalariados sem posses, que dispõe apenas de sua força de trabalho.

O Marxismo enxerga o proletariado como a única classe social capaz de destruir essa forma de exploração do homem pelo homem, por meio da destruição do capitalismo. Isso seria alcançado quando o proletariado chegasse ao poder, com uma revolução. Ao atingir o poder, os trabalhadores eliminariam as desigualdades, abolindo as classes sociais e tornando a sociedade igualitária. Quando isso acontecesse, estaria assinalada a passagem do socialismo para o comunismo.

Além de propor a extinção das classes sociais, o Socialismo Científico defende ainda:

- A socialização dos meios de produção: todas as formas de produção, como as indústrias, por exemplo, passam a pertencer à sociedade e serem controladas pelo Estado. Com isso, a riqueza deixaria de ser concentrada nas mãos de uma minoria privilegiada;
- Abolição da propriedade privada;
- Controle do Estado sobre a divisão igualitária da renda;
- Economia planificada: todos os setores econômicos passam a ser controlados e dirigidos pelo Estado, que determinaria os preços, os salários e a regulação do mercado como um todo.

Os papéis do Vereador como representante do povo.

Dentre as modalidades de representação popular previstas na Constituição Federal Brasileira, o vereador é, sem nenhuma dúvida, aquele que exerce seu mandato mais próximo dos cidadãos. São agentes públicos que fazem parte da história, desde Roma, quando eram chamados de edis e tinham a função de garantir os serviços públicos da cidade, até o Brasil, onde surgiu a primeira Câmara das Américas, que foi a da Capitania de São Vicente, ainda no ano de 1532.

Do verbo verear, a origem da palavra significa administrar, reger e governar. Esse agente público é o mandatário do Parlamento Municipal, suas atribuições estão previstas nos artigos 29 a 31 da Constituição Brasileira e suas funções são consideradas elementares para a manutenção e o funcionamento da República e da democracia nas cidades.

O Brasil tem hoje 5.570 municípios e todos eles possuem seus vereadores e vereadoras diretamente eleitos pela sua população.

Funções

As funções do vereador são imprescindíveis para o funcionamento das cidades e podem ser divididas em representar, legislar, fiscalizar e elaborar e aprovar o Orçamento Municipal.



Elas são a expressão do exercício democrático do mandato para o qual o vereador foi legitimamente eleito, por isso são consideradas prerrogativas do mandatário, estabelecidas, amparadas e garantidas pela Lei Maior, que é a Constituição Federal. Jamais um vereador poderá ser impedido de exercer qualquer uma dessas funções, do contrário seria um flagrante descumprimento da Lei.

Representar

A função de representar está diretamente relacionada à ideia de democracia, por isso é um fundamento basilar para a qualidade do ambiente democrático do município. É por meio dela que surge o vereador, da necessidade de uma parcela significativa da população ter um representante para defender seus interesses, suas demandas e necessidades. Nas cadeiras dos vereadores, juntos com ele, estão sentados todos os moradores da cidade, pois esse é o conceito: o parlamentar municipal deve ouvir a população, a sociedade organizada, os coletivos, as associações, os conselhos, entre muitas outras formas e maneiras com as quais o cidadão conta para reivindicar.

E, a partir desse exercício constante de captação de demandas, pode o vereador se municiar de informações e experiências para subsidiar sua atuação nas outras funções do cargo. Um bom exemplo de pleno exercício desta função do vereador é a realização de Audiências Públicas, eventos

realizados pela Câmara Municipal para abrir suas portas à população para falar, expor suas críticas e sugestões sobre algum tema importante para a cidade.

Legislar

O País tem sua Constituição, os Estados também, nos Municípios existe algo parecido, que é chamado de Lei Orgânica. É a legislação, o conjunto de leis, que estabelece toda a organização da cidade, com seus fundamentos, regras e determinações. E o vereador é quem pode criar essas leis, é a figura do legislador municipal.

Dentre as formas distintas de aplicação da função de legislar, ela pode ser subdividida.

Por exemplo, a criação das leis, que é quando o vereador escreve uma nova lei, que recebe o nome de projeto de lei, e o apresenta ao Plenário da Câmara, onde todos os vereadores se reúnem, em sessão, para votá-lo. Se aprovado, o projeto de lei do vereador será sancionado pelo prefeito e publicado como lei da cidade.

Existe também a função de legislar extinguindo uma lei, como forma de garantia e estabilidade das regras da cidade. Para uma lei ser extinta é preciso que outra lei, como mecanismo legal, requeira sua extinção. Desta maneira, a extinção também precisa ser aprovada pelo Plenário da Câmara.

Emendar uma lei é a forma de legislar quando se faz necessário alterar algum artigo ou outro fragmento de uma lei, não sendo necessário nem criar uma lei nova e nem extinguir alguma anterior. É uma modalidade muito presente no dia a dia das Câmaras, pois é uma forma de ir adaptando a legislação conforme as necessidades da cidade e da sociedade.

turmas compostas por uma pequena quantidade de vereadores, que fazem o trabalho de verificar a compatibilidade de um projeto de lei, ao ser apresentado, em relação ao tema abordado e a constitucionalidade do projeto. Em geral, as Casas de Leis possuem Comissões de Justiça, Finanças e Educação, entre outras.

Elaborar e aprovar o orçamento público municipal

Quando se trata de Orçamento Público, que é a previsão da aplicação do dinheiro público no município, é preciso obedecer a todo um regramento constitucional para sua concepção, execução e acompanhamento, pois é preciso empenhar gastos e investimentos para o funcionamento das cidades. Para respeitar o legítimo interesse dos cidadãos, a elaboração do Orçamento deve ser construída por meio de um procedimento exclusivo, chamado de Lei de Diretrizes Orçamentárias (mais conhecida pela sigla LDO). É ela que vai estabelecer os principais investimentos e gastos que a cidade precisa ter e deve ser aprovada pelos vereadores em sessão do Plenário da Câmara, durante a qual o parlamentar municipal pode sugerir mudanças.

Fiscalizar

A função de fiscalizar interage com todas as demais desse agente público, pois é o vereador quem será os olhos dos moradores da cidade, o cidadão escolhido pelos demais, segundo as regras da Constituição, para vigiar os atos do prefeito. A função de fiscalizar o Poder Executivo é de fundamental importância, pois é por meio dela que se garante a qualidade do gasto público, a eficiência do serviço prestado à população e a lisura de todo o processo administrativo municipal, respeitando-se os mandamentos de suas leis.

Um exemplo são as Comissões Parlamentares de Inquérito, nas quais os vereadores podem conduzir uma investigação, convocando testemunhas e colhendo depoimentos de eventuais suspeitos de qualquer descumprimento da Lei.

Assim também é obrigatório que as contas do prefeito sejam aprovadas pelo conjunto dos vereadores, bem como o prefeito é obrigado a ir à sede da Câmara para prestar contas ao Plenário de seu trabalho e seus gastos.

Outra possibilidade de fiscalização é o Requerimento de Informação, mecanismo que garante ao parlamentar municipal o direito de solicitar qualquer documento ou informação à Prefeitura, a qualquer momento, zelando pelo interesse público da população local.

Vereador do Século XXI

Muitas mudanças ocorreram na sociedade desde o surgimento da figura do vereador, principalmente na política. Era comum ouvir algum cidadão dizer que sentia distantes os políticos detentores de mandatos, longe da população. Por tempos foi reafirmada a máxima de que o eleitor queria uma voz para representá-lo. Hoje, é cada vez mais comum perceber que a população tem o desejo de falar, soltar a sua própria voz.

E tudo isso se intensificou com o alcance das mídias sociais e a relação diária que a sociedade construiu com elas, exigindo dos representantes do Legislativo Municipal um desafio ainda maior de corresponder a toda essa demanda de participação social e à necessidade de solução dos mais variados problemas.

Mas, se existe um agente público que tem todos os ingredientes para produzir uma relação próxima com o cidadão,

capaz de dar voz às suas mais específicas demandas, este agente é o vereador. Qualquer ideia de uma cidade melhor, com mais qualidade de vida para seus moradores, passa por uma Câmara Municipal ativa e seus vereadores firmes na fiscalização.



PPA – Estatuto da cidade e Plano Diretor

Plano Plurianual (PPA) do Município: o que é, como fazer

Elaborado a cada 4 anos, o Plano Plurianual – também conhecido pela sigla PPA – é o instrumento de planejamento governamental realizado a médio prazo, que define procedimentos, objetivos e metas para cada ente federativo, ou seja, para Municípios, Estados e União.

Seu propósito é estabelecer diretrizes, metas e objetivos da gestão pública, através de propostas apresentadas pela população e pelos Poderes Legislativo e Executivo, visando ao desenvolvimento da cidade.

Nos municípios, o PPA funciona da seguinte maneira: em seu primeiro ano de mandato, o prefeito formula um plano orçamentário para 4 anos, de forma que as políticas públicas tenham continuidade durante o período.

Nele, além das propostas de melhorias e sobre as necessidades básicas da população, estão descritos os valores que serão investidos em cada área e projeto ao longo dos 48 meses.



O documento precisa ainda ser dividido em Planos de Ação, que devem conter os seguintes requisitos:

- Bens e serviços que serão necessários para concretizar o Plano;
- Fontes dos recursos que serão utilizados;
- Indicadores para monitorar os efeitos do PPA;
- Metas e objetivos almejados;
- Órgãos que serão responsáveis pela execução;
- Regionalização da execução do Plano.

Após sua formulação, o PPA deve ser enviado à Câmara Municipal até o dia 31 de agosto, para que os vereadores possam analisar, aprovar, vetar e/ou adicionar emendas à peça orçamentária. O documento deverá ser votado até o dia 22 de dezembro do mesmo ano, para que possa vigorar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

Depois que o Plano for aprovado, ele volta para o Poder Executivo, para sanção do prefeito em exercício e, por fim, é publicado no Diário Oficial, como Lei.

O período do PPA é o mesmo de um mandato, fica em vigor durante 4 anos, mas entra em uma nova proposta a partir do segundo ano da gestão do prefeito eleito.

Portanto, o primeiro ano do prefeito será o último ano do planejamento anterior e somente no ano seguinte entrará em vigor a formulação de uma nova proposta. Além disso, vale ressaltar que o Plano pode e deve ser revisto anualmente.

7 propostas que não podem ficar de fora do PPA

Cada líder do Executivo escolhe as prioridades de seu governo que receberão atenção máxima durante seu mandato.

Porém, existem algumas propostas que sempre figuram nos PPAs e que são muito importantes para o desenvolvimento das cidades:

- 1- Educação básica de qualidade para todos;
- 2- Acessibilidade e garantia de serviço público de saúde;
- 3- Combate à corrupção com uma gestão pública eficiente;
- 4- Rede de saneamento básica, coleta de lixo e acesso à água potável;
- 5- Preservação do meio ambiente;
- 6- Eficiência e modernização dos transportes públicos;
- 7- Proteção social e redução da pobreza.

A sociedade pode e deve fazer parte desse processo, tornando assim as metas e ações mais assertivas, pois, afinal de contas, ninguém melhor que a população para ajudar a decidir quais são as prioridades da cidade.

Os cidadãos podem participar da construção do PPA por meio de envio de sugestões aos vereadores e à Prefeitura e participando das audiências públicas.

LDO e LOA: As peças fundamentais do Orçamento Público

Você já se perguntou como é criada a planilha orçamentária do seu município?

Em casa, é fácil de se imaginar: você pode se reunir com os outros moradores para estimar quanto receberão naquele ano e assim entender até quanto pode ser destinado às despesas domésticas. Mas, quando falamos do orçamento de um município, não é tão simples assim.

Neste artigo falaremos sobre as famosas peças orçamentárias, a LOA e a LDO, e explicaremos suas funções principais. Vamos lá!

O que é a LOA?

Elaborada pelo Poder Executivo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece as despesas e receitas que serão utilizadas pelo município no próximo ano, através de um planejamento de gastos que define as obras e serviços prioritários do ano seguinte.

Imagine que você e sua família querem fazer uma viagem de fim de ano bem legal, mas, para isso, precisam de uma boa quantia, que cubra os gastos com transporte, hospeda

gem e alimentação. É normal que nessa situação seja feito um planejamento familiar para definir metas de quanto economizar, onde aplicar o dinheiro e afins.

A LOA trabalha de maneira semelhante, mas seu orçamento está na casa dos bilhões de reais e, além dos objetivos, ela engloba gastos cotidianos do município, como o pagamento de funcionários e aposentadorias.

O Orçamento deve contemplar as necessidades da população, por isso seus assuntos são organizados por áreas de governo. São elas:

- Saúde
- Educação
- Transporte
- Segurança

Agora, você pode estar pensando “Tá, mas de onde vem o dinheiro?” A resposta para essa pergunta é simples e está em cada nota fiscal de produtos que compramos: os tributos.

Existem três tipos de tributos: as taxas, as contribuições (previdência) e os impostos. Os impostos, por sua vez, são de duas naturezas: diretos (pagos à Receita, como o Imposto de Renda) e indiretos (que são embutidos nos preços dos produtos que os consumidores compram e repassados pelo comerciante (vendedor) ao Governo, como o ICMS).

Para exemplificar e resumir: se o Município planeja melhorar o ensino, ele está criando uma ação para ajudar a área da

educação e os recursos a serem aplicados virão dos tributos recolhidos.

Além disso, a Lei Orçamentária Anual tem como objetivo orientar a gestão pública para alcançar metas e resultados, alocar os recursos disponíveis em projetos prioritários, definir as metas da administração, fornecer parâmetros para o acompanhamento das ações e seus resultados e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Mesmo englobando tanta coisa, a LOA não é a única peça orçamentária que deve estar na lista de prioridades dos gestores públicos.

O que é a LDO?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mostra quais são as despesas mais importantes nas quais o governo deve investir a cada ano, de acordo com o Plano Plurianual (PPA) do Município. O PPA define as prioridades do governo a médio prazo (4 anos, o tempo de um mandato) e são as diretrizes desse documento que guiam a LOA e a LDO.

Na LDO temos as regras para elaborar, organizar e executar o Orçamento, contemplando de quanto o governo precisa arrecadar naquele ano até de quanto será o aumento do salário-mínimo.

Essa lei é elaborada pelo Ministério do Planejamento, com apoio técnico do Ministério da Fazenda e o presidente da República tem que enviar o projeto ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano, para que possa ser discutido e alterado na Comissão Mista, sendo votado até o dia 17 de julho.

Enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias não é aprovada, existem regras provisórias que ficam em vigência. Para as leis dos Estados e Municípios, o que vale são os prazos da Lei Orgânica do Município e da Constituição do Estado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias também define a política de investimento das agências oficiais de fomento, como BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, que financiam projetos para o desenvolvimento do país.

(ADCT. ARTIGO 35) PRAZOS			
PROJETO	ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO	VIGÊNCIA
PPA	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício financeiro de cada mandato (até 31/08).	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa (31/12).	Até o final do 1º exercício financeiro do mandato governamental subsequente.
LDO	Até 8 meses antes do encerramento do exercício financeiro de cada mandato (até 15/04).	Até o encerramento do 1º período da sessão legislativa (30/07).	Anual.
LOA	Até 3 meses antes do encerramento do exercício financeiro (31/08).	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa.	

Accountability: O que é e como fazer?

Houve uma época em que dar satisfação à população sobre as decisões tomadas não estava na lista de prioridades de vereadores, prefeitos, ministros e outros atores políticos.

E pior, como a tecnologia não era tão popular quanto nos dias atuais, a população não tinha ferramentas para cobrar explicações.

Ainda bem que esse cenário mudou e muito dessa mudança se dá pela *accountability*. Você já ouviu falar desse termo?

Em tradução direta, a palavra *accountability* pode ser entendida como prestação de contas. Mas alguns autores e estudiosos da gestão pública defendem que os termos controle, fiscalização, responsabilização, compromisso, proatividade e transparência também podem ser usados para defini-la.

Essa palavra estrangeira pode causar estranheza, mas está muito próxima dos cidadãos e políticos brasileiros desde os anos 1980, quando as tecnologias de informação e comunicação começaram a se popularizar para facilitar o acesso a informações sobre as decisões dos gestores públicos.

Na prática, a *accountability* acontece quando existem instituições que controlam as decisões tomadas por figuras políticas. Exemplos destas instituições: Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público (MP) e até a cobrança de cidadãos nas redes sociais.

Existem duas formas de *accountability*:

Accountability Horizontal

Realizada por instituições da esfera pública, como partidos políticos de oposição, a mídia ou órgãos de controladoria. Aqui, uma instituição fiscaliza a outra, entendendo que todas possuem o mesmo nível de poder. Além disso, os três poderes também se fiscalizam entre si, de forma que o Legislativo é responsável por aprovar, reprovocar ou questionar as ações do Executivo.

Realizada pela sociedade ou grupos que pressionam os poderes públicos para que esclareçam suas ações, gastos e afins. Aqui, entram cidadãos sem cargos políticos. Pela diferença de poderes, a chamamos de vertical ou Accountability Social.

Na accountability social os cidadãos estão fiscalizando o poder público através de grupos populares ou dos conselhos que cuidam das cidades brasileiras, fortalecendo assim a democracia. Até os comentários em redes sociais que questionam as ações de prefeitos e/ou exigem mudanças na cidade podem entrar nessa categoria.

Estatuto da Cidade e Plano Diretor

As dimensões urbana e rural no Plano Diretor

Há uma grande discussão entre diferentes concepções e definições do que se entende por territórios urbano e rural. Essas definições são importantes em vários aspectos. Juridicamente, para definir as tributações e competências dos entes federativos – Município, Estado e União. O debate sobre o rural também é justificado pela urgência de entender sua necessária valorização no Plano Diretor de cada Município, principal instrumento de Política Urbana.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001, é um diploma legal que regulamenta dispositivo da Constituição de 1988. Em seu artigo 40, a Constituição trata do Plano Diretor, que deve englobar o município como um todo, tanto a área urbana como rural (artigo 40, parágrafo 2º), buscando a integração e a complementaridade entre as atividades desenvolvidas nesses dois espaços, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do município e do território.

Para melhor compreensão do que é o rural, há dois enfoques que permitem um olhar mais amplo sobre esse território.

O primeiro trata da "pluriatividade" das famílias rurais, ultrapassando a concepção ainda utilizada de que as famílias no meio rural vivem apenas do trabalho em atividades agrícolas. Hoje é possível perceber que há muitas outras ocupações que geram emprego e renda para essas famílias, como o artesanato, turismo rural, pequenas agroindústrias, confecções, etc.

O outro enfoque trata da "multifuncionalidade" da agricultura, diante das múltiplas funções do mundo rural, que, além da produção e extração de bens privados (como alimentos, fibras, agroturismo e outros produtos comerciais), também desempenham funções que se referem à reprodução de bens públicos (como manutenção da biodiversidade, conservação do solo, paisagem rural, herança cultural, segurança alimentar, entre outros).

É no rural que mais se manifestam as diversidades regionais, onde há a ocupação humana tradicional, a preservação da biodiversidade nativa, dos cursos d'água e dos mananciais hídricos, favorecendo a manutenção da qualidade e a disponibilidade da água.

Estabelecer uma compreensão sobre o mundo rural e as atividades nele desenvolvidas é fundamental para que não haja o equívoco de ser visto como uma extensão do urbano, com a diretriz de urbanização do rural.

Exemplo disso é a crescente conversão das terras rurais em urbanas, geralmente mediante uma lógica que não promove a inclusão social e a sustentabilidade do ambiente.

Muitas e variadas ações pressionam tal dinâmica excludente: a especulação imobiliária, o parcelamento ilegal do solo rural e até as próprias administrações municipais, quando buscam obter maior arrecadação por meio do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

O mesmo se pode dizer em relação às terras marcadas como urbanas, que abrigam atividades agrícolas, função originalmente desenvolvida no espaço rural. O fomento à agricultura urbana é uma reação à urbanização crescente, que tem empurrado as atividades agrícolas para cada vez mais longe, demandando, ao mesmo tempo, uma complexa lógica de abastecimento, que traz alimentos produzidos em regiões cada vez mais distantes.

As áreas periurbanas podem ser melhor exploradas, valorizando a mão de obra local e o uso sustentável do espaço do entorno imediato ao urbano, revertendo em benefícios para a comunidade local, equacionando o problema da moradia, gerando emprego, além de frear a expansão urbana e preservar as características socioambientais.

As regras utilizadas para o planejamento urbano nem sempre são adequadas para o rural. Por exemplo, o rural se diferencia na forma de usar e ocupar o solo, geralmente mais dispersa. Essa diferença leva a muitas discussões sobre como deve ser, em espaços classificados como rurais, a relação entre o tipo de assentamento e a oferta de serviços públicos, infraestrutura de saneamento ambiental e equipamentos sociais de Saúde e Educação, entre outros.

É importante lidar com processos socioeconômicos, políticas públicas para cadeias produtivas e dos circuitos regionais agroalimentares, ultrapassando os limites físicos. Há várias possibilidades de incrementar a interação urbano

-rural e de promover sinergias entre suas atividades, para que cumpram o papel destacado que cabe à pequena e média produção e distribuição de alimentos.

A falta de uma Política Habitacional Inclusiva, a associação entre grupos políticos e loteadores ilegais, a falta de um sistema de gestão capaz de regular o mercado de terras locais, a falta de uma Política Fundiária capaz de ampliar e democratizar o acesso à terra urbana nas áreas mais consolidadas, dentre outros fatores, trazem a expansão periférica da mancha urbana sobre as zonas rurais, com seguidas expansões do perímetro urbano ou com loteamentos ilegais.

De um lado, a cidade se expande, avançando sobre as áreas rurais. Do outro, os vazios urbanos permanecem ociosos por vários anos, o que provoca a desintegração sócio-territorial entre os bairros e as áreas centrais da cidade, dificultando as ligações interbairros e elevando os custos de implantação das infraestruturas urbanas. Daí a importância de as estratégias de regulação do solo urbano e rural serem articuladas umas às outras.

É inegável a importância de se investir em mecanismos e instrumentos para qualificar a área urbana. No entanto, a mesma importância deve ser dada para o espaço rural, que deve ser visto muito além de sua caracterização enquanto território, mas sim de forma ampla em suas funções socioambientais, levando em conta a democratização e o direito humano ao alimento, à terra produtiva, à água e ao meio ambiente saudável.

Associar uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) ao Plano Diretor configura-se como um incremento para a integração do urbano-rural. A construção do Plano Diretor pode ser o ponto de partida.

O Plano Diretor é uma lei municipal elaborada com a participação de todos. É o instrumento básico da política territorial que vai dizer como será o desenvolvimento do município. Nele deve estar explicitado o projeto de cidade que queremos.

Podemos dizer, de forma resumida, que o Plano Diretor:

- é resultado do planejamento do futuro da cidade;
- organiza seu crescimento e transformação;
- define as ações prioritárias;
- dimensiona as metas a serem buscadas;
- regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção civil e o mercado imobiliário;
- estabelece o sistema de gestão democrático.

O Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal. Por isso, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual devem incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas, como determina o artigo 40 do Estatuto da Cidade.

Veja como isto é importante: o Plano Diretor definirá as principais obras e programas urbanos que o município vai realizar no período de sua vigência, ou seja, em torno de 10 anos. O Plano vale para todo o município, ou seja, para as áreas urbanas e rurais. Deve indicar qual é o destino de cada parte do município, sem esquecer, é claro, que essas partes formam um todo. Ele deve regulamentar, no âmbito de cada município, os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, para garantir a função social da propriedade e da cidade e ordenar o crescimento do município.

O Estatuto da Cidade é uma lei federal (10.257/01) que regulamentou e desenvolveu o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), estabelecendo como deve ser elaborada a Política Urbana em todo o país.

Seu objetivo é possibilitar que as cidades brasileiras possam crescer de forma mais ordenada, proteger o meio ambiente e garantir os direitos urbanos fundamentais, como a moradia digna e os transportes sustentáveis. Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras para organizar o território do município, que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local.

Como saber se meu município é obrigado a fazer o Plano Diretor?

O Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor é obrigatório para os municípios que:

- tenham mais de 20 mil habitantes (de acordo com o Censo de 2000);
- integrem regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, estabelecidas por lei;
- estejam incluídos em áreas de especial interesse turístico;
- façam parte de áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional;
- queiram utilizar os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade.

Nos demais casos, o Plano é obrigatório, mas o prazo não está estipulado.

O Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana no Brasil, encontrando seu fundamento último de validade no artigo 182 da Constituição Federal e disciplina específica nos artigos 39 a 42 da Lei Federal 10.257/01, autodenominada Estatuto da Cidade.

Ao tratar da matéria, a Constituição consignou que o PD é de elaboração obrigatória para os municípios com mais de 20 mil habitantes, sob pena de improbidade administrativa do gestor público que der causa a sua ausência. Além disso, estabeleceu a possibilidade de manejo do mandado de injunção ou da ADIN por omissão pelos legitimados, para pleitear, perante o Poder Judiciário, que o Poder Executivo e/ou o Legislativo adotem as providências necessárias para a elaboração da lei municipal que institui o PD.

Ocorre que a própria Lei 10.257/01, em seu artigo 41, criou mais 5 hipóteses estabelecendo que os municípios, ainda que com menos de 20 mil habitantes, tenham que elaborar um PDU:

- Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal;
- Integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- Inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito

regional ou nacional.

- Incluídos no Cadastro Nacional de Municípios onde existam áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Em um primeiro momento, questionou-se a constitucionalidade destas novas obrigações previstas pelo Estatuto da Cidade. Contudo, importa ressaltar que trata-se de norma que amplia o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. Por outro lado, potencializa-se o princípio constitucional da eficiência da administração pública, com o seu respectivo dever de planejamento de suas atividades em favor da sociedade e do cidadão, além de concretizar os princípios vetores da política urbana, função social da cidade e da propriedade. Por estas razões, tem-se que é constitucional a norma contida no artigo 41 da Lei 10.257/01.

Portanto, atualmente são 6 as hipóteses em que um determinado município brasileiro estará obrigado a ter o seu PDU e o munícipe, o MP ou outro legitimado poderá exigir o mesmo perante o Poder Judiciário.

Além disso, o Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor deve ser revisto a cada 10 anos, no máximo. Assim, mesmo que uma cidade já tenha um Plano Diretor, ele deve ser revisto ou deve ser elaborado um novo, antes de completar 10 anos.

Autorreforma – Brasil, potência criativa sustentável

I-Reforma do Estado

Integrada pelos temas da Reforma Política, Reforma do Aparelho de Estado, Reforma Fiscal/Tributária, Política Externa e Defesa Nacional. Estes tópicos são estruturantes para a reforma do Estado Brasileiro e para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas que mais necessitam, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver prioritariamente o combate a todas as formas de desigualdades e privilégios e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

O Estado Brasileiro que queremos

O Estado Brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do Século XXI, Era do Conhecimento, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo, da diversidade, da universalidade, da solidariedade e da igualdade.



Novo Federalismo Brasileiro

O Novo Federalismo Brasileiro, para além das obrigações, precisará descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais para as diversas áreas temáticas de políticas públicas.

É necessário promover a transição e superação de um federalismo concentrador e conflituoso para um Estado federado cooperativo, capaz de diminuir as desigualdades regionais e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

Constitui estratégia especial vencer o estigma centralista pelo lado tributário, de modo a alterar o quadro de concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária), contra 20% destinados aos Estados e 15% aos Municípios.

Em um Novo Federalismo Brasileiro, os Estados e Municípios serão empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade, que pressupõe uma interlocução de baixo para cima. O que não implica deixar de reconhecer o papel central que a União deve exercer na formulação de

políticas, visando a assegurar prosperidade econômica e social, notadamente por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento, em que se articularão o planejamento estratégico de longo prazo para as ações das políticas econômicas, ciência e tecnologia, saúde, educação, previdência, segurança pública, entre outras.

Serão igualmente valorizadas e fortalecidas as transferências fundo a fundo (repasses constitucionalizados dos recursos da União para os Estados e Municípios).

Separação entre Partido e Governo

Na condução de governos, os socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

A clara separação entre Governo e Partido deve ser perseguida de forma ininterrupta e incansável.

Ao Partido, como formulador de políticas, compete cobrar e fiscalizar o Governo. Essa separação possibilita também um lugar destacado para a militância partidária, deixando claro que essa pode se dar sem necessariamente os militantes ocuparem cargos executivos ou legislativos.

Reforma política

É necessário haver um redesenho do sistema político, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados com base nas convicções e

nos perfis ideológicos.

A insuficiência da democracia representativa requer a intensificação do uso dos mecanismos de participação da população, como: o plebiscito, o referendo e os projetos de lei de iniciativa popular.

Além disso, a defesa do fortalecimento da democracia mediante adoção de ferramentas de uma democracia digital, além de possível é extremamente necessária.

Os Conselhos Municipais, previstos na Constituição e vinculados às políticas públicas, desempenham papel importante nas estratégias de controle social. Entretanto, é fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos Conselhos, ampliando seus poderes deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.

Reforma no sistema eleitoral

O PSB considera a Reforma Eleitoral como a mais premente e urgente de todas.

Independentemente do sistema de governo, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro, por meio da adoção do voto distrital misto, mantida a obrigatoriedade do voto.

No processo distrital misto, uma parte dos eleitos deve emergir dos distritos; a outra, pela votação geral do Estado pelo qual o candidato disputar a eleição, em dois turnos. No primeiro turno, todos os candidatos de todos os partidos devem se apresentar. No segundo, a disputa será entre os dois mais votados em cada distrito.

Os esforços deverão orientar o sistema partidário pelo fortalecimento de cláusula de desempenho eleitoral dos partidos, com o objetivo claro de reduzir a multiplicação artificial do número de partidos.

O Referendo Revogatório, ou Voto Destituente (recall), corresponderá à possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

É necessário adotar o fim das reeleições dos cargos executivos, cujos mandatos deverão ter duração de cinco anos.

Gestão do Estado

O PSB defende que a gestão do Estado Brasileiro seja precisa, efetiva e simplificada.

A profissionalização da burocracia administrativa deve significar que o acesso à condição de servidor público é meritocrático, através de concursos e de capacitação permanente, salvo as exceções relativas às emergências temporárias ou a cargos de alta direção política. Mas, em todos os casos, o patrão de todos os servidores é o povo, o verdadeiro dono do Estado.

Os serviços públicos podem ser complementados por instituições contratadas submetidas a rigorosas licitações públicas, mediante planejamento e fiscalização, com critérios amplamente divulgados, que possibilitem o controle social.

A gestão dos recursos humanos é um elemento essencial na modernização da gestão do Estado. Admitido mediante concursos e seleções públicas, o trabalhador do serviço público deve ser protegido por segurança jurídica.

A responsabilidade fiscal é outro elemento vital na gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

Governo Aberto e Gestão Compartilhada

É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio de um mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos – humanos, materiais e financeiros.

É necessário ainda ampliar as experiências de Gestão Compartilhada já constatadas, exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos, por meio de dispositivos móveis, combatendo o desperdício e o superfaturamento.

Crítica ao presidencialismo brasileiro

O presidencialismo brasileiro acabou se transformando numa verdadeira fábrica de crises políticas e institucionais, poderes imperiais e salvadores da pátria.

O presidencialismo brasileiro tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando a organizar um pensamento de mobilização e construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

Esse equilíbrio fica mais complexo e exige grandes esforços de negociação quase sempre marcadas pelo fisiologismo, quando não pela corrupção. No atual sistema, cada parla-

considera-se senhor quase absoluto do seu mandato, o que facilita a formação de verdadeiros condomínios políticos, onde prevalecem os interesses individuais e/ou de grupos e nem sempre republicanos. Ao invés de fiscalizar o Poder Executivo, os parlamentares federais fatiam o orçamento da União em benefício de interesses menores e individuais.

Sistema de governo: Defesa do parlamentarismo

O Partido Socialista Brasileiro defende a adoção do parlamentarismo como instrumento de fortalecimento da democracia e ampliação do controle das ações dos governos e do Estado.

O parlamentarismo possui enorme capacidade de solucionar crises políticas e evitar que se desdobrem em crises institucionais.

No parlamentarismo, as pessoas votam não em lideranças individuais e midiáticas, mas em partidos com programas definidos e conhecidos.

O sistema parlamentarista levará também os partidos a democratizarem as suas estruturas, abrindo-se mais a participações relativas a gênero, etnias e gerações.

No parlamentarismo – que só é possível a partir de uma reforma política e eleitoral que fortaleça os partidos, com a redução do seu número e votação em lista –, maiorias podem se formar no Parlamento organizadas em torno de projetos partidários de políticas públicas e de governo.

Judiciário moderno

Os tribunais públicos são estruturas importantes do estado de direito democrático, portanto, é fundamental a modernização e a democratização das suas formações.

É imperioso adotar o limite de 8 anos para o exercício das funções de ministros e desembargadores de Tribunais Superiores e Estaduais.

Assim como adotar novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

É necessário eliminar os privilégios institucionais e remuneratórios que caracterizam o Judiciário Brasileiro.

Agência de Controle da Dívida Pública

É necessário a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a outra unidade administrativa, que analise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de agência reguladora.

O estabelecimento de arquivos e registros públicos que permitam detectar os verdadeiros donos das empresas do país é um desafio que deve ser enfrentado prontamente. Isso possibilitará a identificação de empresas offshore de brasileiros instaladas em “paraísos fiscais”, bem como organizar esforços tributários para alcançar essas anomalias que beneficiam apenas os ricos e milionários.

Tribunais de contas

Os integrantes dos Tribunais de Contas da União, de Estados e de Municípios deverão estar protegidos por mandatos de 8 anos.

Estes Tribunais deverão ser redesenhados funcional e administrativamente, transformando-os em Auditorias Gerais independentes, com estrutura colegiada, e serem considerados como órgãos de Estado, atuando exclusivamente como assessores dos respectivos Poderes Legislativos, o que os distinguirá do controle interno, exercido por outros órgãos da administração pública.

Novo Poder Legislativo

Para que os Parlamentos recuperem a respeitabilidade e a confiança do povo, o PSB defende a reforma do Poder Legislativo.

O PSB defende o legislativo nacional unicameral, por meio da Câmara dos Deputados.

O processo legislativo orçamentário deverá passar por uma requalificação das Comissões de Orçamento, com funcionamento permanente. Entretanto, apenas como sistematizadoras das propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como de projetos de crédito especial ou suplementar.

A modificação das leis orçamentárias passará a ser de competência e responsabilidade das Comissões Temáticas de Trabalho, Educação, Saúde e outras vinculadas ao objeto

da despesa, e depois aprovadas pelo Plenário das Casas Legislativas.

A reforma do Legislativo deverá adotar os projetos de iniciativa popular, cuja tramitação deve seguir os mesmos critérios para convocação de plebiscitos e referendos. A apresentação dessas alternativas exigirá assinatura eletrônica de 0,5% dos eleitores nacionais, distribuídos por pelo menos 5 Estados, e os projetos tramitarão no Congresso Nacional, com prazos e ritos equivalentes às medidas provisórias.

Planejamento, Função do Estado Moderno

O planejamento de longo prazo é parte indissociável de um Estado Nacional Moderno, que exige projeção de ações para períodos superiores ao mandato dos governos. E tem como cerne a busca da prosperidade e o efetivo combate às desigualdades.

O planejamento estratégico é parte sequencial de um Projeto-Proposta de Teses para o Novo Programa do PSB Nacional de Desenvolvimento, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne o combate às desigualdades. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão, da universalização do acesso, do respeito e acolhimento à diversidade, da superação das desigualdades e da emancipação da sociedade.

Reforma Fiscal e Tributária, sentido social do ato arrecadatório

A reforma fiscal e tributária defendida pelos socialistas combaterá fortemente a regressividade da carga tributária brasileira. Tal situação decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos. A estratégia para isso é elevar os índices de tributação para produtos exportados in natura e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos sobre produtos gerados a cada etapa de processamento e agregação de valor.

A diretriz clara envolve a redução da incidência de impostos sobre consumo e aumento dos impostos sobre a renda dos mais ricos, invertendo o quadro atual e cumprindo o papel de, com as políticas públicas, contribuir para a transferência da renda dos mais ricos para os mais pobres.

Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo

A proposta socialista para as relações entre as Reformas Fiscal e Tributária e o desenho federativo do Brasil é reduzir a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando Estados e Municípios em dificuldades.

O Novo Federalismo será orientado pela adoção de medidas de manutenção das fontes próprias de receitas dos Municípios e Estados; pela adoção de mecanismos de compensação dos aspectos relativos ao dinamismo econômico de cada unidade federada, diminuindo sua dependência dos repasses da União.

É necessário redesenhar o perfil da dívida pública brasileira, para se obter uma forte redução no peso das despesas com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títu-

los da dívida pública, para que essa redução permita à União, aos Estados e Municípios investirem mais na infraestrutura e nas políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade brasileira.

Política externa

No cenário internacional da geopolítica não participam apenas os Estados Nacionais, mas é também um espaço em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. E nesse sentido há que se assegurar às empresas brasileiras, públicas e privadas, um papel de relevância no cenário geopolítico internacional, para que atuem como players globais.

Os socialistas entendem que continuam válidas as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelecem os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem se reger.

Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo (inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o apartheid), o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

A política externa brasileira deve compreender que a soberania nacional, que garante a autonomia das ações dos Estados Nacionais dentro de seus territórios, precisa levar em conta as novas premissas do mundo globalizado, em que fronteiras se tornam mais tênues à medida que a circulação

de pessoas, informações, recursos financeiros e mercados se ampliam em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

Defesa nacional e geopolítica

O primeiro desafio a ser superado na definição de uma Política de Defesa Nacional é possibilitar que o Brasil ocupe seu papel como nação protagonista no concerto mundial, considerando as potencialidades criativas do seu povo e seus principais ativos culturais, ambientais, agrícolas, tecnológicos e minerais.

O PSB defende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. A estratégia para articular e superar esse desafio é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

A Política de Defesa Nacional deve ser considerada como importante e estratégico vetor de impulsionamento do desenvolvimento tecnológico.



II – Economia–prosperidade, igualdade e sustentabilidade

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente no Brasil é incontestavelmente desigual, pois, seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que os ricos recebem em um único mês.

Para os mais pobres e para a classe média, o que sobrou do processo de globalização foi a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade, a incerteza da aposentadoria e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

A economia deve servir à vida das pessoas

A política econômica deve servir à Nação como ferramenta que oriente a concepção, a estruturação e a implementação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento econômico e social e a soberania do País.

O compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento deve se constituir no principal instrumento de alocação dos recursos orçamentários, visando à garantia dos direitos fundamentais, à mobilidade e à emancipação social do povo brasileiro.

Na perspectiva do socialismo democrático e criativo, as principais metas econômicas da sociedade relacionam-se

fortemente com a redução das desigualdades que se manifestam no País, nas regiões, nas classes e nos segmentos sociais

Para recuperar a precedência da política

Como forma de uma gestão correta e adequada da política econômica é necessário que a política recupere sua precedência – na qualidade de atividade e instância de pactuarão ativa de direitos e deveres, dos objetivos e metas da sociedade – sobre os interesses e conveniências do mercado que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

A concentração e a má distribuição de renda e de riqueza no Brasil são um desafio que precisa ser enfrentado por meio da adoção de medidas econômicas e políticas públicas que cumpram esse papel.

Nos quadros do que propõe o PSB, não se tratará jamais, por exemplo, de distribuí-las tomando da classe média porções de seu patrimônio ou reduzindo seus rendimentos. A equação a ser produzida consiste em aumentar a produtividade da economia, mas não permitindo que isto signifique apenas ampliação e acumulação das margens de lucro mas sim melhoria da qualidade de vida e aumento da participação do trabalho nesses ganhos.

Macroeconomia– Os fundamentos da gestão macroeconômica no Brasil

O PSB se propõe a alterar a gestão macroeconômica para adequá-la à realidade brasileira. O modelo vigente, levado

a cabo pelos governos socialdemocratas e de direita, no período da pós-redemocratização, constitui a base de funcionamento do sistema econômico vigente. Com isso, o País se encontra estruturado nos elementos do tripé macroeconômico, composto por câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal. E se somam a esses princípios a Regra de Ouro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda do Teto de Gastos.

O PSB opõe-se à manutenção da lógica contida no tripé macroeconômico, cuja missão principal é a garantia do pagamento de juros e serviços, amortizações e refinanciamento da dívida. Para não deixar margem a dúvidas do seu peso, somente em 2019, mais da metade do orçamento executado foi destinada à cobertura dessas despesas, embora parte dessas despesas tenha origem na rolagem de títulos da dívida pública.

Financeirização e subordinação da economia nacional à economia global

Com a ausência de uma Projeto Nacional de Desenvolvimento, o Brasil aprofundou sua condição de país periférico, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional.

O País perdeu a capacidade de controlar o processo de desenvolvimento, pois a margem de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da economia real. Criou-se um capitalismo administrador da especulação de dinheiro. À frente do sistema, não mais estão os capitães de indústria, do comércio e da agricultura, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória.

Perda do valor relativo da indústria

O tripé macroeconômico, mesmo que levado a cabo e a ferro e fogo pelos governos socialdemocratas e de direita, no período pós-redemocratização, foi incapaz de evitar a tendência à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio observada nos últimos 20 anos e esta é uma das razões do processo de perda de competitividade da indústria nacional.

A comparação da participação da indústria de transformação no PIB entre 1947 e 2019 revela que a participação do setor em 2019 (11%) é a mais baixa desde o início da série histórica. Cabe ressaltar que, no ano de 1985, a proporção alcançou 21,6% de participação e, desde então, observa-se um viés de queda contínua.

Visão do PSB sobre o modelo macroeconômico

O projeto de desenvolvimento proposto pelo PSB busca assegurar a plena inserção da maioria do povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural, situação que não foi plenamente cumprida pelo modelo varguista e pelos governos democráticos pós-ditadura militar.

O PSB defende a adoção de uma política macroeconômica que enfrente de modo responsável e contínuo a mudança do paradigma atual, que tornou aceitável a vigência de uma política pública que consome mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida. Mesmo mantendo alguns dos princípios constantes no tripé macroeconômico, o Brasil precisa romper com a atual lógica de gestão.

O PSB preconiza a adoção de uma política que recupere fortemente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterem positivamente o perfil da economia brasileira. Essa mudança será orientada pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determinará que todas as ferramentas de gestão econômica sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho e da redução das desigualdades sociais.

Inovação e economia criativa como estratégia de desenvolvimento

No cenário global, o Brasil vive o momento histórico de esgotamento do seu modelo socioeconômico e político, que caracterizou a Segunda Revolução Industrial e deixou gargalos que não serão resolvidos com a simples reindustrialização

Os socialistas têm como primado que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção tem um ponto de inflexão na tecnologia, na inovação e na criatividade. E que esses fatores precisam ser valorizados na concepção do que se chama de neodesenvolvimentismo.

Reconhece-se que, no Século XXI, a geração de valor não é mais predominantemente determinada pelos bens de investimento de capital fixo. O que gera valor na atualidade não é somente a produção física de um computador, por exemplo, mas tudo o que está embutido nele de tecnologia, design, logística, software, capital humano e marca.

Renascimento criativo da indústria e competitividade

A economia criativa não é apenas mais um ramo da economia que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas sim uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada e nas novas cadeias de valor do mundo moderno, se conseguir uma razoável sofisticação produtiva.

Uma parte do que se denomina desindustrialização corresponde, na verdade, à perda de peso relativo da indústria manufatureira no conjunto da economia, na qual os serviços comuns e especializados cresceram, o comércio se transformou, o agronegócio alcançou elevados índices de produtividade e o extrativismo mineral cresceu em escala desproporcional ao desenvolvimento da indústria.

Desenvolvimento da Amazônia 4.0

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O maior potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas na biologia, no aproveitamento do imenso potencial de riqueza da biodiversidade.

Para que se organize um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes nesse território possuem valor inestimável.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e também para as cidades. Isso possibilitará transformar esse potencial em produtos, em conhecimento biotecnológico, atingin-

do mercados globais e, portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou bio-fábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

Plano Estratégico de Economia Criativa no âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento

A inovação e a economia criativa, como novos paradigmas, devem se constituir no eixo central de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

É necessário adotar forte ação de planejamento e articulação do Estado Brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia e os trabalhadores, para que seja assimilado o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, na ciência e na tecnologia.

Esse planejamento de médio e longo prazos deve começar na educação para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, desde o ensino fundamental até a universidade, em que o alunado deve ser exposto ao desafio da inovação e da criatividade, sem perder o foco da formação humanística.

O futuro do trabalho

Uma das mais importantes revoluções tecnológicas está em curso neste início do Século XXI, consubstanciando-se na chamada Quarta Revolução Industrial, no advento da Indústria 4.0.

Os socialistas reconhecem a gravidade da situação em torno do seu principal valor, o trabalho. Não há nenhuma

possibilidade de o capital, ou o mercado, resolver de forma satisfatória as contradições inerentes às transformações em curso no mundo do trabalho. Somente o Estado e a mobilização da sociedade poderão conduzir estratégias que evitem a barbárie.

Os processos produtivos e comerciais têm se utilizado de forma crescente de novas tecnologias, que somente são possíveis em razão dos avanços proporcionados pela chamada inteligência artificial. Tecnologias como a Internet das coisas, computação nas nuvens, aprendizagem de máquina, big data, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, entre outras, agora fazem parte do dia a dia dos processos produtivos e de consumo.

Superar as desigualdades econômicas regionais

A força dos mercados no capitalismo brasileiro foi incapaz de criar um modelo de desenvolvimento menos desigual social e regionalmente.

É necessário desenvolver políticas públicas que viabilizem a superação dos fenômenos que marcaram as regiões e estiveram destinadas às atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste no PIB de 2010, por exemplo, foi equivalente àquela do início da década de 1960.



III - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde

O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê pelo menos as condições de vida atuais, garantindo pelo menos as mesmas condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem três pilares constituintes: uma economia inclusiva, a proteção social e a conservação ambiental. Entretanto, o PSB compreende como inaceitáveis as condições de vida de milhões de brasileiros pobres e excluídos. Portanto, a manutenção de tal situação não é o padrão de sustentabilidade defendida pelo Socialismo Criativo.

O PSB entende que é possível construir uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica. Tal economia é chamada de Economia Verde.

Os socialistas compreendem que é possível construir uma Economia Verde criativa, que maximize o potencial dos ativos ambientais e reduza a emissão dos gases de Efeito Estufa.

A premissa da agenda da sustentabilidade é de que a Economia Verde apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica, baseado nos princípios de liberalização radical e da minimização extrema do papel do Estado, bem como pela inserção subalterna internacional da economia brasileira como exportadora de matérias-primas.

Acrescente-se a isso a necessidade de se fazer uma ruptura com o atual modelo de asfixia dos gastos públicos, equivo-

cadamente associado à austeridade, buscando-se um modelo alternativo, no qual a inclusão social e a conservação ambiental atuem como motores e não como obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Empregos verdes: O trabalho sustentável na direção da economia inclusiva, da proteção social e da conservação ambiental

Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, são empregos que contribuem para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes, que descarbonizem e reduzam as emissões de gases de Efeito Estufa.

A política econômica neoliberal praticada no Brasil é incompatível com a sustentabilidade ambiental. Assim, as discussões sobre o emprego devem estar associadas às preocupações relacionadas a sistemas sociais e ambientais mais amplos.

À formulação das políticas públicas de geração de trabalho e renda deve-se incorporar a perspectiva dos empregos verdes. Por exemplo, as frentes de trabalho verde constituem alternativas para aliviar o desemprego e o desalento, ao mesmo tempo em que concorrem para a construção de uma economia verde.

Biomassas brasileiros, ativos do desenvolvimento

O PSB defende que os biomas brasileiros – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Mata Atlântica, Pantanal e Marinho – .

se constituam em importantes ativos do desenvolvimento.

O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento tem que levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma – como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão da água e a oferta de alimentos –, revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira.

O PSB defende a adoção de medidas de efetiva fiscalização e controle para impedir a supressão de vegetações nativas, como forma de evitar a afetação do regime pluviométrico, que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola.

O PSB e o Ecosocialismo

O aquecimento climático é inequivocamente decorrente da atividade humana relacionada à produção, que tem implicado na emissão crescente dos gases de efeito estufa lançados na atmosfera, em especial do gás carbônico e do metano.

O aquecimento deriva basicamente das atividades econômicas, que, na lógica do capitalismo e também em alguns países socialistas, exigem aumentar a produção e a acumulação de capital de forma desenfreada.

Para o Socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos com as lutas pela conservação ambiental e a boa utilização dos bens que a natureza coloca à disposição de todos os seres vivos.

A mineração e o desenvolvimento sustentável

O setor mineral brasileiro, parte dele intensivo no uso de energia elétrica, torna-se cada vez mais internacionalizado e voltado ao atendimento da demanda externa.

Pode-se considerar que a mineração brasileira, dada sua importância econômica e social, sempre foi tratada como “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria, a partir mesmo de vários artigos na Constituição Federal de 1988.

O Brasil é um dos 5 maiores exportadores de substâncias minerais do mundo. Cerca de 85% de tudo o que se produz são exportados, constituindo-se em importante fonte de divisas, sendo um dos setores estratégicos para o equilíbrio financeiro do País.

O grande desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível através de uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo ou nenhum valor agregado.

A premência das fontes limpas e renováveis de energia

A matriz energética brasileira difere com vantagem da mundial. Enquanto as fontes de energia renováveis brasileiras representaram 46,1%, a média mundial de renováveis é de cerca de 14,2%.

O Brasil precisa aproveitar melhor a vantagem competitiva, pelo fato de ser a 4ª maior produção de energia renovável do mundo (atrás apenas de China, Índia e EUA) e a 4ª maior participação de fontes renováveis em sua matriz energética.

Sem calor e eletricidade, a atividade econômica seria limitada e restrita. O petróleo e outros combustíveis fósseis, como carvão mineral e gás natural, além de não serem recursos ilimitados, contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global.

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis em sua matriz energética.



IV – Políticas Sociais e cidades criativas

É integrado pelos temas: Seguridade Social, Saúde Pública, Educação Pública, Liberdade e Igualdade, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Segurança Pública, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Cidades Criativas e Cultura. Tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas. As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e à coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos.

Políticas sociais para igualdade

O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi, em 2018, quase 34 vezes maior do que o da metade mais pobre. Isso significa que a parcela de maior renda teve ganho médio mensal de R\$ 27.744,00, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam, em média, R\$ 820,00. O PSB defende enfaticamente que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre as três esferas de governo da Federação (União, Estados e Municípios).

A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão.

A Seguridade Social como instrumento de redução da desigualdade

A pandemia da Covid-19 que se alastrou pelo Brasil em 2020 realçou, entre outras coisas, as marcas da imensa desigualdade social e o papel fundamental de um sistema público de saúde eficiente – no caso do Brasil, a importância do SUS. A Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, está destinada a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

Educação para a emancipação – A educação no Brasil

A educação é elemento fundante do processo de construção da autonomia dos sujeitos, do exercício da cidadania, que significa sua emancipação.

É fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize e privilegie o conhecimento.

O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

Pior que a distância que separa o grupo que teve acesso à educação daquele que não teve, principalmente a camada da população que ainda convive com o analfabetismo, será o profundo abismo que no futuro separará a parte da população que teve acesso às novas tecnologias daquela outra parte a quem esse acesso foi inviabilizado.

Instrumentos norteadores da educação brasileira

O PSB propõe que se resgatem as pactuações e se organizem esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do Projeto de Educação Brasileira. Tais princípios estão contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Importante destacar que, no nível de educação infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os Municípios. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários.

Financiamento e gestão da educação brasileira

O PSB propõe como fundamental no financiamento da Educação o estabelecimento de ações que reforcem o modelo de federalismo cooperativo, a ser sedimentado por meio do regime de colaboração, com funções exclusivas e funções compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios. Mantendo, entretanto, a vinculação constitucional de recursos mínimos de 18% e 25%, respectivamente, obrigatórios para a União, os Estados e os Municípios.

O cenário de queda de investimentos nas políticas sociais, em especial na Educação e na Saúde, engrenado a partir da aprovação da PEC do Teto, em 2016, com validade para 20 anos, tem se agravado de forma contundente e por isto essa PEC deve ser revogada.

Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é uma importante conquista democrática e civilizatória. Os socialistas defendem que o Fundeb seja transformado em política pública de caráter permanente, ou seja, uma Política de Estado e não de Governo.

Ensino superior, ciência, tecnologia e inovação

A partir de 2015, os recursos destinados ao setor tiveram uma redução contínua, representando 20,5% de queda no padrão de financiamento, em orçamentos que sempre foram baixos.

Para o PSB, há que se rever imediatamente o quadro de financiamento da pesquisa no Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como uma das responsáveis pelo desenvolvimento e pelo financiamento da pesquisa e a inovação no País, aponta que o setor de incentivo à pesquisa será profundamente prejudicado, com a suspensão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, tendo atingido, em 2019, cerca de 93 mil estudantes e pesquisadores, devido aos cortes de orçamento realizados pelos governos de orientação neoliberal.

Vale a pena lembrar que a pesquisa em ciência e tecnologia é parte indissociável da Economia Criativa.

Sua consolidação implica a inserção da ciência e da tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo comprometido com o desenvolvimento autônomo do Brasil.

Revolução criativa na educação

O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social. A educação pública de qualidade deve ser a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem terem uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho. Somente tendo a educação crítica e criativa como política social de Estado é que poder-se-á assegurar e promover a emancipação do indivíduo.

Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implica tornar o ensino fundamental totalmente público e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países, como, por exemplo, Estados Unidos, Israel e algumas socialdemocracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

Direito social ao trabalho

Previsto como direito social na Constituição, o direito ao trabalho tem como pedra de toque o princípio da igualdade e da dignidade. A defesa da Constituição Federal, especialmente do artigo 7 ao artigo 11º, representa o principal elemento da posição do PSB em seu programa.

O PSB defende a regulamentação dos direitos trabalhistas previstos no artigo 7º da Constituição, que estabelece dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o salário mínimo, as jornadas de 8 horas (normal) e 6 horas (para trabalho ininterrupto) e a criminalização da retenção dolosa do salário.

Diferentemente de outros direitos sociais, como saúde e educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garantam seu cumprimento pelo Estado. A aquisição de um emprego ou atividade rentável precisa sim de políticas públicas e medidas macroeconômicas.

Segurança pública

Na segurança pública é necessário identificar que, no cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar medidas preventivas e repressivas e em acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

A pauta da segurança pública adquiriu contornos nacionais a partir dos anos 1990, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área.

O aumento da criminalidade violenta e a estruturação e fortalecimento do crime organizado e das facções prisionais fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros.

Mais mulheres no poder

Para os socialistas, a igualdade de gênero é uma base absolutamente necessária para a construção e afirmação de um Brasil próspero, sustentável e justo. Essa base tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento de uma substantiva democracia econômica, social e política.

Representando hoje 52% da população brasileira, do eleitorado e de mais de 43% da população economicamente ativa, as mulheres são subrepresentações nos espaços de poder e no Parlamento Federal, com apenas 15% de componentes na Câmara dos Deputados e no Senado, em 2018.

Só esses dados são suficientes para revelar a precariedade da democracia brasileira, que compromete a sua própria estrutura.

O capitalismo, ao longo dos séculos, tem reciclado a discriminação, para separar os trabalhadores em grupos desiguais, o que permite a superexploração dos “desiguais”: mulheres, negros e jovens. São muito intrincadas, portanto, as interrelações sociais, econômicas e políticas entre classe, gênero e raça.

Emancipação e empoderamento dos negros

O Brasil, último país a abolir oficialmente a escravidão, é o primeiro em população afrodescendente fora do Continente Africano. De acordo com dados do IBGE, 54% dos brasileiros são negros ou pardos, ficando atrás, em quantidade, somente da população da Nigéria. Apesar dessa constatação demográfica, o Brasil ainda está longe de ser uma democracia racial.

Os dados do Mapa da Violência de 2019 e uma série de estudos da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que analisa as taxas de mortalidade dos municípios brasileiros, demonstram que ter a pele escura, no Brasil, é sinônimo de redução da expectativa de vida, pois 75% das vítimas de homicídio foram pessoas negras.

A relação da população negra com a violência se dá por meio dos estereótipos criados sobre o lugar onde esses indivíduos vivem e suas condições socioeconômicas.

A falta de representatividade negra nos espaços de poder é um fator que contribui fortemente para manter essa população na base da pirâmide social, com os piores postos de trabalho, a média salarial mais baixa e vivendo sob as condições mais vulneráveis no que se refere a saúde, segurança e educação.

As consequências do envelhecimento populacional para a vida das pessoas é um dos principais desafios que as nações desenvolvidas e em desenvolvimento têm encontrado já neste início do Século XXI, incluído aí o Brasil.

Até 2030, o Brasil será um “país idoso”. Isso ocorre quando a população acima de 60 anos supera a de jovens com até 15 anos. Um pouco mais adiante, em 2050, estima-se que esse contingente some 68 milhões de pessoas.

Considerando-se que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre os idosos, as debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento a esses idosos vêm acrescidas de elementos de novas exclusões, notadamente as que envolvem as tecnologias digitais.

Os socialistas defendem, a exemplo do acolhimento que se dá às crianças com as creches públicas, condições de moradia que garantam aos idosos anos tranquilos de vida, com suas famílias ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Devem ser concretizadas opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade.

É importante ainda garantir aos idosos uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com

acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.

Direito à juventude plena

O PSB, baseado inclusive em sua própria experiência, defende a ampliação de espaços na política para atuação da juventude, nos partidos, fora deles e nos movimentos sociais. Por exemplo, fortalecer o compromisso da juventude com o desenvolvimento sustentável, que no Brasil tem como primeiro ponto a defesa da Floresta Amazônica e dos demais biomas brasileiros.

O PSB se compromete a definir estratégias específicas para estimular a participação de jovens na política, que incluam a formação de quadros e a relação do Partido com as organizações juvenis e estudantis.

O PSB defende a necessidade da formulação e da adoção de políticas públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens nas idades adequadas. Tais medidas têm como missão evitar e eliminar a enorme quantidade de abortos que ocorrem atualmente no Brasil e que levam à morte milhões de jovens mulheres por causas puerperais.

Os socialistas defendem também a necessidade de aprofundar o debate sobre a materialização, pelo Estado Nacional, do direito de as mulheres realizarem aborto quando caracterizada a gravidez indesejada, acompanhadas e orientadas por profissionais do SUS.

Por uma reforma agrária que se conecte ao Brasil do futuro

A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil.

A reforma agrária deve atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários. A reforma agrária deve atender um vetor de desenvolvimento, visto que várias regiões do Brasil interiorano apresentam baixo dinamismo e são fortemente dependentes de transferências de receitas aos Municípios ou de renda às famílias pobres.

A reforma agrária deve favorecer a emergência de novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de uma política de valorização dos produtos da biodiversidade e/ou uso de novas fontes de energia.

O direito à cidade e a reforma urbana

É necessário elaborar um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e o interesse do capital quando se sobrepõe ao interesse público. O embate está entre interesses do capital versus interesse social, o que transparece na encruzilhada do direito à cidade versus interesses do mercado.

A partir de meados do Século XX, o Brasil empreendeu sua transformação de país agrário e rural para o de urbano-industrial. A concentração no meio urbano dos principais interesses econômicos e da maior parte da força de trabalho transformou as cidades – e o campo, por consequência.

O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado mediante adoção de parâmetros básicos, que todos os muni-

cípios brasileiros estariam obrigados a colocar em prática. A função social da propriedade é um conceito jurídico que não elimina o direito à propriedade privada. Tampouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender segundo regras capitalistas. Entretanto, tal direito deve ser subordinado aos interesses coletivos.

Ou seja, todo imóvel (terreno, prédio, casa, galpão, entre outros) localizado na zona urbana que não tenha usos social e produtivo deve receber tributação progressiva anual, para que, no prazo máximo de 10 anos, se não tiver destinação adequada, conforme preceito constitucional, seu domínio e posse sejam transferidos para um Fundo Público Imobiliário Municipal, que o transformará imediatamente em ativo de financiamento da política local de habitação popular, cultura ou lazer.

Cidades criativas

O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana criativa, sustentável e igualitária, na era do conhecimento. Nesse sentido, é atualíssima a definição de Celso Furtado, para quem “desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”.

No Brasil, o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social. Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas aquela que, através da inovação, da criatividade e do talento, é capaz de buscar soluções para sua prosperidade econômica, sua coesão social e o bem-estar dos seus cidadãos.

A cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos, o local ao global e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado a suas vocações. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa: cultura, tecnologia, inovação, design, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia e turismo.

A cidade criativa organiza políticas públicas e formata planos e eixos de desenvolvimento urbano baseados na criatividade, na inovação, na sustentabilidade e na participação da sociedade.

E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos deve ser pensada como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, o saneamento e o manejo de resíduos sólidos.

Cidades criativas x pandemia

A pandemia do Coronavírus revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como também o papel imprescindível do Estado nas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado Mínimo.

A pandemia, que marcou o ano de 2020, fez com que as cidades brasileiras passassem a sentir, mais do que nunca, a necessidade de se reinventarem criativamente.

Os produtos e serviços da Economia Criativa ganharam importância ainda maior com as exigências do isolamento

social. A comunicação digital, as redes sociais, a Internet, o e-commerce e os serviços de entrega solicitados por Whatsapp resolveram antigos problemas e criaram novos.

Também foram reconhecidas como essenciais as tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos bigdatas, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e às alternativas sociais e econômicas, das pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa.

Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as Prefeituras ganharam enorme importância, mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

A pandemia do Coronavírus constituiu-se num grande acelerador da criatividade e dos valores socialistas nas cidades brasileiras marcadas pela brutal desigualdade. Tiveram sua relevância extremamente realçada a solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero.

Cultura, desenvolvimento e criatividade

A cultura, em suas três grandes dimensões – simbólica, cidadã e econômica –, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

Segundo Celso Furtado, esse projeto teria que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas”. E ainda: “O objetivo último de uma política cultural deve ser

fortalecer todas as formas criativas da sociedade.” A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

Na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e de comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artístico-culturais e políticas, é preciso refletir, o mais profundamente possível, sobre os fatores que podem configurar a cultura brasileira e a identidade nacional. Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional ou local.

A cultura brasileira e a identidade nacional serão tão mais universais quanto mais brasileiras puderem ser, pois é no mundo – e, em certa medida, para o mundo – que as identidades nacionais e culturais se afirmam. O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

Nos espaços da diversidade cultural é que surge a oportunidade de se opor a uma cultura homogênea global. E mais: nesses espaços é que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

O Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as startups, os inventores individuais, os profissionais criativos, em todas os setores da economia e da cultura. Estimular joint ventures, associações e empresas nacionais, com grandes investimentos nas indústrias criati-

vas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente – áreas da música, cinema, dança, teatro e games com design nacional.

A cultura brasileira precisa de dados confiáveis, que deem suporte a um planejamento eficiente. Para isso, é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura”, atualizada anualmente.



V – Socialismo Criativo, Democracia e O Partido que Queremos

Socialismo Criativo, Socialismo Criativo e Democracia, Igualdade, Liberdade e Felicidade, Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido, Um Partido Laico e Acolhedor, O Partido e a Comunicação em Rede e a Autorreforma, e o Partido que Queremos. O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB de forma a apresentar à sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios para as novas emergências do Século XXI.

O Socialismo Criativo corresponde às profundas mudanças disruptivas ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas a partir da Revolução Tecnológica, que acelerou radicalmente os ciclos de inovação.

A geração de valor, antes determinada pelos bens de investimento em capital fixo, está sendo substituída pelos investimentos em inovação e criatividade.

Nos últimos 100 anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade, desenvolvendo produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida. O Socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. O capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

A inovação e a criatividade já constam da pauta da sociedade socialista economicamente mais avançada do mundo, a China, que já as incorporou estrategicamente ao

seu planejamento.

O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho e as novas formas e metodologias de organização social e política.

Socialismo Criativo e Democracia

A questão da convergência entre a liberdade e o Socialismo está no DNA do PSB, que procurou, desde os seus fundamentos iniciais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais. No momento da sua fundação, em 1947, já revelava ousadia e criatividade, ao negar os dogmas autoritários à direita e à esquerda.

Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o Socialismo e seus fundamentos ético e humanista.

O caminho para o Socialismo, no Brasil, substitui a ruptura insurrecional por uma revolução pacífica, democrática e processual. Um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas encontra nelas seus combatentes mais aguerridos.

A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

Igualdade, liberdade e felicidade

A Felicidade Interna Bruta (FIB), definida pela ONU, é baseada na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural, o espiritual e o ambiental – tudo- em harmonia com o Planeta Terra.

Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlatos a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados, com fundamento em suas diferenças.

A igualdade socialista deve preservar e valorizar as diferenças, sem expectativa de que elas se reduzam, desapareçam ou conduzam a um padrão homogêneo.

Trata-se, portanto, de inventar criativamente a cidade e a sociedade política, do acolhimento, da hospitalidade, do respeito recíproco, que unifica em uma causa, por conseguinte, todas as diferentes lutas libertárias.

Pluralidade, movimentos sociais e o Partido

O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que devem representar as reivindica-

ções da sociedade civil, e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e a diversidade de que ela se compõe.

É preciso que a instituição partidária seja permeável aos movimentos sociais, que ajude a organizar suas bandeiras a partir das vozes que emergem da sociedade civil, respeitando sua autonomia e sua diversidade.

As lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTQ+, jovens, idosos, pessoas com deficiência e movimentos populares devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária.

Cabe realçar a importância da orientação partidária para os seus segmentos organizados: Mulheres Socialistas, Negritude Socialista, Socialismo Sindical Brasileiro, LGBT Socialista, Juventude Socialista Brasileira e Movimento Popular Socialista. Na sua atuação como movimentos sociais e populares não devem tentar se transformar em “correia de transmissão” do Partido.

Em vez de partidarizar ou aparelhar os movimentos sociais, os socialistas devem buscar uma politização universalizante, superando a visão estritamente corporativista. Devem-se incorporar todas essas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Um partido laico e acolhedor

As mudanças culturais, políticas e religiosas fazem parte da história dos povos. No Brasil, no entanto, observa-se uma rápida – e, de certa forma, inesperada – mudança na cultura e na religião.

Embora na sociedade brasileira se constate o recente crescimento do componente protestante, predominantemente pentecostal, continuam muito presentes o Catolicismo, as religiões de matriz africana, o Espiritismo, o Judaísmo, e, em menor escala, o Budismo e o Islamismo. Não se podem desprezar também os contingentes não religiosos, como os agnósticos e ateus.

O desafio de um partido laico – que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações – é dialogar com todas as correntes religiosas.

Embora cada vez mais a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, principalmente na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados.



O Partido e a comunicação em rede

Há uma falsa ideia corrente de que os aparatos tecnológicos e as TICs neles embutidas são a solução para o Planeta, porque promoveriam uma comunicação em rede, equalizada, horizontal, acessível a todas as pessoas.

É preciso introduzir a política e a economia no debate sobre redes que envolvem os ambientes digitais, pois aplicativos não combatem necessariamente a pobreza, nem a misoginia, nem a discriminação racial.

O PSB é uma rede política que mantém relações internas definidas em normas aprovadas coletivamente e que devem dar coesão a esse grupo, que comunga de um mesmo programa.

A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com os sistemas de informação e os aparatos tecnológicos e a lidar com a informação como se apresenta hoje em ambientes digitais.

A cibermilitância deve fugir da armadilha de que a rede digital se basta, é preciso reconhecer que a estrutura da Internet conta com múltiplas intermediações, muitas à revelia dos usuários.

Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possíveis em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade de seu uso responsável e ético. Os processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as chamadas “fake news”.

A autorreforma e o Partido que queremos

Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica a construção de uma estrutura partidária também criativa. Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido.

Se, desde a invenção da roda, a criatividade é uma força propulsora do desenvolvimento, mais importante se torna agora, com a Revolução Tecnológica e o advento da Era do Conhecimento.

As ideias contidas na Autorreforma vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um partido criativo.

A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que

o Partido cumpra seus compromissos com a sociedade.

As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se esforçar para se expressarem publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que se sintam representada.

Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário, bem como as experiências dos governos estaduais e municipais socialistas e as propostas de transparência e de gestão compartilhada.

Finalmente, o PSB decidiu, depois da Conferência Nacional da Autorreforma, propor a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método, que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia, na libertação da Índia, com Mahatma Gandhi; no fim do apartheid da África do Sul, com Nelson Mandela; e na luta antirracista nos EUA, com Martin Luther King. Traduz-se em mobilizações populares, pressão democrática e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil. No caso do PSB, a luta pelo Socialismo Criativo.

Coordenação de Formação Pedagógica- FJM-ES